

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.781 - DF (2019/0187473-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : HERMINIO MARQUES DE SOUSA
ADVOGADO : RAFAEL NASCIMENTO ALVES - DF056693
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por HERMINIO MARQUES DE SOUSA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, proferido no julgamento do HC n. 0708420-20.2019.8.07.0000, assim ementado:

"DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO CRIMINAL INDEFERIDA. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO CLARA DE PROVA NOVA. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA QUE NÃO SE COADUNA COM O PROCEDIMENTO CAUTELAR AJUIZADO. ORDEM DENEGADA.

1. A revisão criminal não possui fase instrutória em seu procedimento. Cabe ao acusado que pretende a desconstituição da coisa julgada, com fundamento no art. 621, III, do Código de Processo Penal, intentar a ação autônoma de impugnação com base em prova pré-constituída (CPP, art. 625, §1º).

2. Admite-se o ajuizamento de medida cautelar de natureza preparatória perante o Juízo de 1º grau por onde tramitou o processo originário, aplicando-se, por analogia, consoante disposto no art. 3º do CPP, o procedimento previsto nos arts. 381 e seguintes do CPC/2015, uma vez que não há previsão do aludido procedimento no Código de Processo Penal.

3. A Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, ao reforçar o cabimento da justificação criminal, pontua que a possibilidade de se produzir 'prova nova' no bojo do procedimento extraordinário não se confunde com a reabertura da instrução criminal, cabendo ao acusado o ônus de demonstrar 'claramente.' que a prova que se pretende produzir seja dotada da característica da novidade RHC 69.390/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 6ª Turma, julgado em 5/5/2016, DJe 16/05/2016).

4. No caso, a Defesa técnica do Paciente busca, em verdade, se valer do Poder Judiciário para inaugurar verdadeira

investigação criminal defensiva, com o intuito de contraditar a linha investigativa encampada pela autoridade policial no inquérito policial que lastreou a denúncia oferecida contra o Paciente e demais corréus, não sendo essa a função da Justificação Criminal.

5. Ordem denegada." (fl. 507)

No presente recurso, a defesa defende o cabimento da justificação criminal, ao argumento de que foram descobertas novas provas que comprovariam a inocência do paciente.

Requer, assim, que seja determinada a realização da justificação criminal na origem.

A liminar foi indeferida por decisão de fls. 557/558.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso em parecer que recebeu o seguinte sumário:

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS.
AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO CRIMINAL INDEFERIDA.
INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO CLARA DE PROVA NOVA.
CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.
DESPROVIMENTO DO RECURSO.**

– Em que pese a justificação criminal ser a via adequada para a colheita de provas novas, ou provas que não se tinha conhecimento durante a instrução criminal, a jurisprudência do STJ tem pontuado que a justificação, para fins de revisão criminal, não é uma nova e simples ocasião para reinquirição de testemunhas ouvidas no processo da condenação, ou para arrolamento de novas testemunhas, sendo imprescindível a demonstração clara e precisa, que a prova que se pretende produzir seja dotada da característica da novidade, o que inexiste na espécie dos autos.

– 'A justificação criminal se destina à obtenção de provas novas com o objetivo de subsidiar revisão criminal, não sendo o meio jurídico adequado para nova oitiva de testemunhas cujos depoimentos já tiverem sido colhidos no curso da ação penal que se busca anular.

Precedentes.' (RHC 101.478/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 09/04/2019)

– Parecer pelo conhecimento e não provimento do recurso ordinário." (fl. 563)

É o relatório.

Decido.

O Parquet Federal assentou:

"Ora, em que pese a justificação criminal ser a via adequada para a colheita de provas novas, ou provas que não se tinha conhecimento durante a instrução criminal, a jurisprudência do STJ tem pontuado que a justificação, para fins de revisão criminal, não é uma nova e simples ocasião para reinquirição de testemunhas ouvidas no processo da condenação, ou para arrolamento de novas testemunhas, sendo imprescindível a demonstração clara e precisa, que a prova que se pretende produzir seja dotada da característica da novidade. Nesse sentido:

'AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO CRIMINAL. INDEFERIMENTO DA OITIVA DE NOVAS TESTEMUNHAS. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SÚMULA 568/STJ. RECURSO DESPROVIDO.

1. Esta Corte Superior de Justiça tem entendido que a justificação criminal se destina à obtenção de prova nova com a finalidade de subsidiar eventual ajuizamento de revisão criminal, 'não é a Justificação, para fins de Revisão Criminal uma nova e simples ocasião para reinquirição de testemunhas ouvidas no processo da condenação, ou para arrolamento de novas testemunhas' (STF, HC 76.664, 1.^a Turma, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, DJ de 11/09/1998) (RHC 36.511/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 15/10/2013, DJe 25/10/2013).' (AgRg no AREsp 753.137/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 23/11/2015). [...] (AgRg no AREsp 859.395/MG, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 10/05/2016, DJe 16/05/2016) **PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. JUSTIFICAÇÃO CRIMINAL. INDEFERIMENTO. PROVAS NOVAS. INEXISTÊNCIA. ILEGALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO.**

1. Dada ampla oportunidade à defesa para a realização da prova oral no curso do processo penal de conhecimento, momento adequado para a cognição exauriente do thema probandum, inviável em sede de justificação a reabertura da instrução criminal, máxime quando não demonstrada claramente que a prova que se pretende produzir seja dotada da característica da novidade.

2. Além disso, o processo não havia alcançado

termo quando do pedido de justificação, ou seja, ainda não havia trânsito em julgado, o que mostra desarrazoada a pretensão de produzir concomitantemente prova relativa à mesma ação penal com vistas a futura revisão criminal.

3. Recurso a que se nega provimento. (RHC 69.390/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 05/05/2016, DJe 16/05/2016)

Assim, conclui-se que não é possível a reapreciação da prova já examinada no processo original, considerando que deve ter um caráter de novidade, bem como o momento adequado para a oitiva das testemunhas noticiadas na exordial era durante a instrução do processo criminal original.

Sobre o tema, confira-se:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CONCUSSÃO. JUSTIFICAÇÃO CRIMINAL. OITIVA DE TESTEMUNHAS. INVIABILIDADE. DEPOIMENTOS PRESTADOS NO CURSO DA AÇÃO PRINCIPAL. INEXISTÊNCIA DE PROVA NOVA. RECURSO IMPROVIDO.

1. O pleito do recorrente não se insere dentre as hipóteses taxativas do art. 621 do Código de Processo Penal. De fato, concluiu-se que a pretensão aqui formulada, na verdade, pretende a reanálise do mérito da ação principal, já transitada em julgado, providência que não se coaduna com o instituto da revisão criminal.

2. As testemunhas listadas no rol do pedido de justificação criminal já haviam sido ouvidas no curso da instrução criminal, de modo que o pedido de reinquirição não se amolda ao conceito de prova nova, exigido para o conhecimento da revisão criminal, conforme o art. 621, inciso III, do Código de Processo Penal.

3. A justificação criminal se destina à obtenção de provas novas com o objetivo de subsidiar revisão criminal, não sendo o meio jurídico adequado para nova oitiva de testemunhas cujos depoimentos já tiverem sido colhidos no curso da ação penal que se busca anular. Precedentes.

4. Recurso ordinário em habeas corpus improvido. (RHC 101.478/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 09/04/2019)

Posto isso, opina o Ministério Público Federal pelo conhecimento e não provimento do recurso." (fls. 566/570)

Superior Tribunal de Justiça

Como visto, no bem lançado parecer ministerial, o qual adota-se como razões de decidir, foi correto o indeferimento da justificação criminal, porquanto esta não serve para a reinquirição das testemunhas ouvidas no processo de conhecimento, como quer a defesa, mas sim para a produção de provas novas.

Por tais razões, nego provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator